

Resenha

O processo de formação dos Estados nacionais na América Latina

Eduardo Scheidt¹

ANNINO, Antonio e GUERRA, François-Xavier (coords.). 2003. *Inventando la nación: Iberoamérica: siglo XIX*. México, Fondo de Cultura Económica, 694 p.

O livro *Inventando la nación* é mais uma oportuna publicação acerca de um tema que vem sendo bastante trabalhado pela história política recente: a origem dos Estados e das nações na América Latina. Organizada pelos professores Antonio Annino, da Universidade de Florença, e François-Xavier Guerra, da Sorbone e recentemente falecido, a publicação conta com a colaboração de destacados pesquisadores latino-americanos e europeus.

Trata-se de uma obra de grande envergadura, densa, com quase 700 páginas, abarcando mais de duas dezenas de artigos distribuídos em seis partes. Em sintonia com o debate historiográfico recente, os autores se debruçam sobre o complexo processo de formação dos Estados nacionais na América Latina durante o século XIX. Neste sentido, a totalidade dos trabalhos reunidos aponta para processos de construção de concepções e idéias sobre a nação ao longo do século, rompendo com as visões consagradas pelas historiografias tradicionais, de forte conotação nacionalista, que retratavam as nações como plenamente configuradas no momento das independências.

No texto introdutório do livro, François-Xavier Guerra define a nação moderna como uma nova maneira de conceber uma coletividade e como forma ideal e inédita de organização social surgida na transição do antigo regime para a modernidade, processo caracterizado pelo autor como uma revolução. Guerra também destaca a originalidade latino-americana, em que as nações surgiram a partir da desintegração dos impérios ibéricos e não como decorrência de movimentos nacionalistas.

Em um artigo intitulado *Los principios rectores de la organización estatal en*

¹ Professor da Graduação e do Programa de Mestrado em História da Universidade de Severino Sombra. Professor de História da Universidade Gama Filho. Mestre em História pela UNISINOS. Doutor em História pela USP.

las Índias, Horst Pietschmann tece críticas à historiografia tradicional, especialmente no que se refere a temas como “pacto” ou “Estado” coloniais, por centrar-se unicamente no ponto de vista da metrópole. Enfocando sua análise nas colônias, o autor vê no século XVII o início de uma fase de relativa autonomia dos *criollos*, que foram paulatinamente infiltrando-se nas estruturas burocráticas imperiais. Pietschmann destaca os *cabildos* de espanhóis e de índios como organismos de autogoverno desenvolvidos durante o período colonial, no interior dos quais foram gestados os futuros Estados nacionais. Estas autonomias locais caracterizaram-se pela fragmentação, com o surgimento de inúmeros grupos de poder, muitas vezes rivais entre si. Na segunda metade do século XVIII, durante as reformas ilustradas, a metrópole tentou por fim às práticas de autogoverno nas colônias, entrando em atrito com os *criollos*, o que desencadeou o processo de independências.

Partilhando dos posicionamentos de Pietschmann, o historiador José Carlos Chiaramonte destaca, no texto *Modificaciones del pacto imperial*, os *cabildos* e as municipalidades como órgãos de soberania dos *criollos*. De acordo com o autor, as pessoas se identificavam com uma cidade ou um *pueblo*, conforme concepções jusnaturalistas típicas de antigo regime, não havendo ainda a noção de cidadania como um conjunto de indivíduos. Chiaramonte vê na criação das intendências, durante as reformas borbônicas, a tentativa da metrópole em neutralizar o poder local dos *cabildos*. As reformas, entretanto, não obtiveram sucesso, já que as entidades soberanas das futuras nações não foram intendências, audiências ou vice-reinos, e sim as cidades, que logo estenderam suas soberanias a espaços territoriais circunscritos, constituindo as províncias como principais corpos políticos soberanos no momento das independências e primeiras décadas posteriores.

No artigo *El ocaso de la monarquía hispánica: revolución y desintegración*, François-Xavier Guerra corrobora sua tese da ruptura do antigo regime e irrupção da modernidade como uma revolução, ocorrida simultaneamente na Espanha e na América. Neste processo, a multissecular monarquia espanhola desintegrou-se em vários Estados independentes, que foram os primeiros a implementar, na prática, os princípios, imaginários e propostas políticas modernas, à exceção da Inglaterra e da França revolucionária. Neste aspecto, as concepções de Guerra vêm ao encontro da polêmica afirmação de Benedict Anderson de que as nações modernas surgiram na América antes que na maior parte da Europa.

Antonio Annino, no texto *Soberanias en lucha*, desenvolve a tese de um “Estado misto indiano-colonial” na América. Segundo o autor, os *cabildos* eram heterogêneos, urbanos ou rurais, compostos por brancos ou índios e com a mistura de populações, conforme a região da América. As

independências inauguraram longos períodos de guerras civis, proporcionadas, ainda segundo Annino, pelas lutas entre três soberanias: a dos *pueblos*, a das províncias e a dos centros que aspiravam a ser nacionais. Contrariando os posicionamentos de Pietschmann e de Chiaramonte, Annino afirma que os fundamentos municipalistas dos futuros Estados se conformaram durante a crise final do regime colonial e não antes.

Em outro artigo de sua autoria, intitulado *Pueblos, liberalismo y nación en México*, Annino centra-se no processo mexicano de formação nacional. Destaca as comunidades e os *pueblos* que, à época da constituição de Cádiz, protagonizaram uma primeira experiência liberal nos territórios do Novo Mundo. Estes *pueblos-ayuntamientos* se proclamaram soberanos mesmo após a independência em 1821, mantendo suas personalidades jurídicas até 1857. Como em seu outro texto, o autor retrata o período enfatizando a luta entre três formas de soberania: da nação, das províncias e dos municípios. Annino ainda menciona os “sincretismos políticos”, típicos das comunidades indígenas que interpretavam, à sua maneira, a questão da incorporação à nação. Segundo o autor, este é um tema que ainda precisa ser mais bem estudado.

Também sobre o caso mexicano é o artigo *De la república corporativa a la nación moderna*, de Annick Lempérière. Para a autora, as lutas entre liberais e conservadores, que demarcaram a formação do Estado nacional no México ao longo do século XIX, foram além de disputas entre centralização e federação ou reformas e tradição. Estas guerras civis caracterizaram-se pela luta entre dois projetos distintos de nação e de sociedade: um fundamentado nas idéias liberais e modernas inauguradas pela Revolução Francesa, que entendiam a nação como uma associação política soberana, e outro assentado nas estruturas corporativas da sociedade colonial, especialmente na Igreja, segundo a qual a sociedade se compunha de inúmeras entidades corporativas, mas, uma vez triunfante, pretendeu criar uma nação unificada. Na perspectiva da autora, os conflitos entre modernas e antigas concepções perduraram durante boa parte do século XIX.

Mónica Quijada, em seu texto *¿Que nación? Dinámicas y dicotomias de la nación en el imaginario hispanoamericano*, compartilha da visão historiográfica recente de que a nação não surgiu com as independências, e sim foi construída ao longo do século XIX. Mas, ao contrário de historiadores como Guerra e Chiaramonte, que afirmam que os conceitos de nação no período eram essencialmente políticos, a autora sustenta que elementos culturais já se faziam presentes nas concepções dos contemporâneos. Neste sentido, questões como “vínculos de sangue, língua e religião” foram utilizadas, desde o princípio, na construção de identidades nacionais dos novos países latino-america-

nos. De acordo com Quijada, outros elementos componentes das identidades, logo após as independências, foram imagens idealizadas dos autóctones, bem como a apropriação simbólica de antigas culturas, em regiões onde elas foram mais relevantes.

No campo dos mitos e dos imaginários, destacamos o artigo de José Emilio Burucúa e Fabián Alejandro Campagne, intitulado *Mitos y simbologías nacionales en los países del cono sur*. Os autores analisam as armas, bandeiras e hinos construídos pelos novos Estados, além de expressões artísticas e literárias. O estudo leva-os a concluir que, a despeito de influências européias, em especial da Revolução Francesa, elementos das culturas indígenas também foram apropriados na elaboração dos símbolos das novas nações. O sol presente nas armas e bandeiras da Argentina e do Uruguai, por exemplo, remete à mitologia incaica, enquanto a bravura e a irredutibilidade dos araucanos foram retratadas de forma épica e poética na produção cultural chilena à época da independência. A única exceção, conforme os autores, foi o caso do Paraguai, que fez uso exclusivamente de elementos revolucionários europeus na elaboração de seus símbolos nacionais. Curiosamente, justo num país onde havia um grande contingente de guaranis em sua população.

Embora o título do livro faça alusão à América ibérica, a grande maioria de seus artigos, incluindo os da primeira parte referente a análises conjuntas do continente, aborda unicamente a América espanhola. Isto não significa que o Brasil esteja ausente da coletânea. Há

trabalhos de José Murilo de Carvalho, Guilherme Pereira das Neves e Ilmar de Mattos sobre o caso brasileiro. Entretanto, as análises são feitas de forma separada, destoando dos estudos sobre os demais países latino-americanos, nos quais percebemos diálogos, intercâmbios e divergências entre os pesquisadores. Ao terminarmos a leitura da obra, ficamos com a impressão de que ainda há carências de estudos comparativos entre as Américas portuguesa e espanhola, bem como maiores interações entre historiadores de nosso país e o restante da América Latina.

As eventuais carências, entretanto, não desmerecem o conjunto da obra. O livro organizado por Annino e Guerra reúne, indiscutivelmente, o que de melhor vem sendo produzido sobre as origens das nações na América Latina. A maior parte dos estudos destaca as singularidades e as elaborações de idéias originais no subcontinente, incluindo contribuições das populações autóctones nos ideários, mitos e imaginários que foram construídos pelos sujeitos históricos, questões até recentemente ignoradas ou minimizadas. As novas pesquisas, neste sentido, demonstram a ativa elaboração de idéias em nosso continente, rompendo-se com as visões tradicionais de meras “importações” de idéias e exclusivas influências estrangeiras. As divergências entre os autores dos artigos demonstram que ainda há pontos de controvérsia, confirmando a complexidade do estudo do tema e a necessidade de novas pesquisas. Para tal, a presente obra constitui-se em uma referência obrigatória e de grande valia.